ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 26 DE JANEIRO DE 2023.

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de assembleias municipais:
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (1º Secretário da Mesa).

Presidentes de câmaras municipais:
José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:
Carlos Henrique da Costa Neves, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
José Adriano Meneses Laranjo, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:
Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:
Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante dos movimentos sindicais:
Orivaldo Manuel Bettencourt da Costa Chaves – UGT.

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:
Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:
Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA:

Andreia Costa (PS), **Guilhermina Silva** (PSD), **Luís Soares** (PSD), **Nídia Inácio** (PSD), **Paulo Gomes** (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP), **Rudolfo Franca** (PS), **Tiago Lopes** (PS).

Ausências justificadas:

Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (Vice-presidente da Mesa).
Maria Judite Gomes Parreira – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
João Paulo da Costa Moniz – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (A. H).
Vítor Silva – CGTP.
João Canedo Reis – URIPSSA.

Ausências não justificadas:

José António Sozinho Azevedo – AAIT.
(2.º Secretário da Mesa).
Paulo Rocha – FRUTER.
Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados: **Alexandra Manes** (BE), **Berto Messias** (PS), **Francisco Coelho** (PS).

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Dou as boas-vindas às senhoras e aos senhores conselheiros, desejando desde já um bom ano a todos.

Foi já distribuído por todos, o parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo respeitante ao ponto da nossa Ordem de Trabalhos de hoje, sobre o qual podemos começar já uma ronda de intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único: Emissão de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+).

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia a todos.

Começo por colocar em cima da mesa um conjunto de preocupações que vão desde a questão complexa dos preços da energia e da gestão da rede da ilha Terceira em particular, até à área das telecomunicações e dos transportes, além de outras questões que eventualmente possam surgir. Cabe-me assim apresentar o documento da autoria da Câmara Municipal de Angra. Fizemos uma análise à proposta de plano, um assunto de grande importância para ambos os municípios que gerem a incineradora da ilha Terceira, uma das estruturas centrais na gestão deste programa.

Esta questão vai muito além do simples tratamento dos resíduos da ilha Terceira e tem uma abrangência regional já que, nesta altura, estamos a receber resíduos de sete das nove ilhas açorianas. Não recebemos regularmente resíduos de São Miguel e do Pico mas estamos a tratar os resíduos das restantes ilhas e o plano acaba por ser um pouco a transcrição dos objetivos comunitários sobre esta matéria. Do ponto de vista do parecer, creio não haver nada de muito mau que nos mereça oposição ou reparo, ao mesmo tempo que também não me parece que exista nada de extraordinário no bom sentido.

O que este plano faz basicamente, é pegar nas metas comunitárias e colocá-las na nossa realidade regional. Do lado municipal não temos nada a dizer contra e o plano pode ser aprovado; contudo e por se tratar de uma questão importante para os dois municípios, creio estarmos a embarcar passivamente no cumprimento de metas sem qualquer espírito crítico, enquanto, praticamente todos os países ao nível europeu estão a pedir derrogações ou alterações às metas em função das suas realidades, um caminho que devemos deixar também aberto nos Açores.

Não sei se deveria ficar expresso no plano mas a verdade é que existem duas áreas em que as derrogações fazem sentido e uma delas tem a ver com os chamados bio-resíduos. Apesar da evolução que se tem verificado nas últimas décadas, os Açores continuam a ser um ambiente essencialmente rural em que a situação dos bio-resíduos não pode ser tratada com a incidência que consta nas diretivas comunitárias porque não vivemos em Paris, em Londres ou noutra qualquer grande cidade em que seja preciso separar os resíduos dos restaurantes ou de outro lugar qualquer; se entrarmos por esse caminho vamos adicionar um conjunto de custos que, mais tarde ou mais cedo, acabarão por recair sobre os consumidores, não advindo daí qualquer vantagem ambiental. Não faz sentido andarmos a separar as cascas das batatas, os restos de comida e outras coisas do género.

Esta situação não se aplica à nossa realidade concreta enquanto região essencialmente rural. Não devemos embarcar na compra de mais contentores e criar mais uma linha de recolha com todos os custos que isso implicará para os consumidores. Se já é difícil convencer as pessoas a separarem três frações que são relativamente óbvias, imagine-se se tivermos que lhes explicar também esta separação dos bio-resíduos. A situação vai parecer absolutamente surreal e não haverá adesão, o que vamos ter é custos muito elevados já que cada linha de recolha criada representa mais queima de gasóleo, mais horas de trabalho e muitas coisas mais. Devemos sugerir de forma justificada à região que peça a derrogação da aplicação dos bio-resíduos, já que a maior parte dos países está a fazê-lo por razões muito menores do que as nossas.

Uma segunda reflexão tem a ver com a economia circular e com a descarbonização. Quando olhamos para as diretivas vemos uma realidade essencialmente centro-europeia voltada para as grandes cidades que não leva em conta as distâncias. As emissões de carbono que o navio vai emitir para levar um contentor cheio de resíduos daqui para Lisboa, que será transbordado num porto qualquer para um camião que depois o levará, não sei para onde para ser de novo embarcado noutro navio, serão com certeza muito superiores às emissões criadas pelo tratamento local desses mesmos resíduos.

Não faz sentido impormos a nós próprios, metas com um determinado objetivo ambiental, muito nobres do ponto de vista global, mas que são contraproducentes aqui. A partir do momento que as pessoas fazem a separação dos resíduos, dá-se início a toda uma cadeia de valor que, para além dos enormes custos, implica também emissões de carbono muito elevadas por causa do transporte. Enquanto os navios forem movidos a diesel, esta é uma realidade inelutável, por isso é muito importante fazer bem as contas.

Do ponto de vista económico, o valor até não está mau porque os municípios recebem uma contrapartida pela entrega desses materiais que, em boa parte cobre a despesa da separação, mas o problema reside na deseconomia que se gera daí para diante. Através do Ponto Verde ou de outro qualquer sistema de gestão, estamos a pagar coletivamente uma maquinaria disfarçada, extraordinariamente ineficiente e ambientalmente nociva. Há aqui um grau de hipocrisia que não me parece aceitável numa matéria tão séria como a dos resíduos.

Creio que se poderia fazer uma recomendação ao Governo Regional no sentido de olhar para estas situações e fazer ver à comissão quais os melhores caminhos a seguir no sentido de aproveitarmos e valorizarmos os resíduos na nossa própria economia da melhor forma possível, em vez de exportarmos todo este valor sem tirarmos dele o melhor proveito. Quanto ao documento em si, volto a dizer que nada temos a dizer de negativo.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Bom dia a todos. Como referiu o professor Álamo, há responsabilidades e preocupações que são partilhadas por ambos os municípios da ilha Terceira, mas gostaria que ficasse aqui explícito que o município da Praia da Vitória, de uma forma diferenciada do município de Angra do Heroísmo, pertence a uma rede de cidades circulares no âmbito do programa CircularNet. Os trabalhos que têm sido desenvolvidos nesta rede deixam-nos de alguma forma muito mais despertos para a nossa realidade e para as dificuldades com que nos deparamos. Parecia-nos possível uma desenvoltura semelhante a outras cidades do nosso país, algo que depois não se coaduna na prática. No entanto, é bastante válida a nossa inclusão nesta rede, dado que a partilha tem sido extremamente importante.

O município da Praia da Vitória tem tentado adaptar-se a algumas sugestões apresentadas nestas partilhas, procurando aproximar-se o mais possível das metas que nos são impostas, mesmo sabendo que serão muito difíceis de concretizar. Face a todas estas dificuldades, temos tentando fazer o nosso trabalho da melhor forma possível, como o demonstram as responsabilidades que partilhamos com Angra do Heroísmo no âmbito da TERAMB, já aqui evidenciadas pelo professor Álamo de Meneses, mas tudo isto obriga a grandes investimentos que depois poderão recair sobre os munícipes, o que para nós é uma grande preocupação.

O documento aqui proposto tem razão de ser e apresenta pontos muito positivos mas há que ter em conta a nossa realidade e capacidade de adaptação para que possamos atingir os objetivos. Não basta simplesmente exigir, sabendo que podemos vir a ser prejudicados face à eventualidade do não cumprimento, por isso é necessária alguma sensibilidade e equilíbrio

por parte de quem impõe estas metas. Não trouxe o parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória mas o documento está pronto e será entregue à Mesa do Conselho de Ilha.

Conselheira Helga Barcelos (em representação da CCAH): – Bom dia a todos os senhores conselheiros. O aumento dos custos energéticos que as empresas terão que suportar em 2023 tem sido uma preocupação para a Câmara do Comércio e tentou-se reduzir ao máximo o valor acrescido ao consumidor final que vai acabar por pagá-lo nos bens alimentares e em tudo o resto. Estamos a falar de aumentos na ordem dos 66% para a média tensão e de 55% para a baixa tensão, podendo atingir até os 88% como acabou de comentar o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Temos que perceber como atuar porque essa fatura vai fazer-se sentir já no final deste mês. A situação é grave e grande parte das empresas teve que rever tabelas de preços no final do ano. É verdade que já se falava sobre estes aumentos mas ninguém quis acreditar que fossem acontecer, tendo muito menos a coragem de os fazer refletir no consumidor final que tem já o seu poder de compra diminuído. O assunto é urgente e o Conselho de Ilha deve fazer chegar mais uma vez esta preocupação ao Governo Regional.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Trouxe aqui uma comparação entre os preçários de 2022 e de 2023 que são aplicados pela EDA aos seus clientes. Deixarei os documentos com o senhor presidente da Mesa que, se assim o entender, os poderá fazer distribuir por todos os senhores conselheiros. Os aumentos são absolutamente assimétricos, pontuais e muito variáveis em áreas concretas, desde os 0,3% até aos 88,6%, valores que acabam por ter algo em comum e foram feitos no sentido de proteger o pequeno consumidor, o que acaba por ser uma virtude.

A maior parte dos clientes sofre aumentos nas suas casas na ordem dos 3 ou 4%, enquanto os aumentos extraordinários estão a acontecer nos clientes da chamada "Baixa Tensão Especial" que aqui aparece referida como BTE, ou seja, os contratos de alimentação trifásicos com grandes amperagens relacionados basicamente com atividades comerciais e industriais. Este grupo envolve essencialmente as mercearias, os minimercados e os supermercados que possuem frigoríficos, câmaras de frio e outras estruturas semelhantes, além das carpintarias, marcenarias e outras atividades que utilizam motores elétricos. Estamos a falar do pequeno comércio que representa uma forte componente energética onde os aumentos são enormes. Fazendo a comparação linha a linha, vemos que aparecem aqui aumentos que atingem os 45 a 47% na conta de eletricidade no final do mês.

A grande indústria e o grande comércio, que são abastecidos pela alta tensão, situam-se numa outra classe com um tarifário diferente. Esta tarifa foi muito popular há alguns anos porque permitia aquela opção tri-horária. Houve muitos consumidores privados que migraram para este tarifário devido a um conjunto de vantagens mas vão agora ser confrontados com um gigantesco aumento de preços. Quem tiver pequenos consumos pode reverter para a "Baixa Tensão Normal" mas os que possuem motores elétricos e precisam mesmo disto, não terão outra hipótese senão pagar, sofrendo um impacto pesadíssimo.

O outro grupo extraordinariamente prejudicado são os municípios porque a tarifa da iluminação pública sobe 13,6%. Para vos dar uma ideia, o nosso município gasta cerca de meio milhão de euros nisto. Estamos a falar de um aumento de 13,6% sobre um valor muito expressivo, apesar de o nosso município ser dos que menos energia gasta proporcionalmente porque há uns anos fizemos uma grande redução do número de lâmpadas. Temos vindo a fazer os possíveis por investir na transição para a tecnologia LED que implica uma redução de cerca de 60% no consumo de energia, mas a verdade é que esta migração tem vindo a avançar cada vez mais devagar porque a EDA fez muito pouco no ano de 2022 no que diz respeito à mudança de lâmpadas. As cores da iluminação não enganam, basta olhar à noite para a paisagem para se constatar que existem ainda grandes áreas com lâmpadas amarelas que gastam cerca de 110 euros por ano cada.

Um terceiro grupo envolve os clientes da média tensão em que, nalguns casos, existe um estouro gigante com aumentos a atingirem os 88%. Na média tensão estão incluídos os municípios com tudo o que são estações elevatórias e de tratamento de águas de grande potência, as indústrias e também alguns hotéis no centro da cidade. Tenho aqui as faturas das contas de energia de um hotel, cujos aumentos andam na casa dos 50 a 60 mil euros em apenas um ano. Este valor não é fácil de encaixar nas contas de uma empresa daquelas, uma entidade nova com uma grande componente de empréstimos bancários para gerir, por isso terá que transferir estes custos para os seus clientes, subindo os preços de forma sensível, o que levará mais uma vez a uma clara perda de competitividade.

Vejo com grande preocupação esta matéria que encaixa numa outra realidade que me parece profundamente injusta. Vivemos numa das regiões com o maior potencial de energias renováveis deste planeta sem quaisquer limites para a sua utilização. É preciso fazer qualquer coisa porque a geotermia ou o vento não vêm da Ucrânia ou da Rússia e não faz sentido que sejamos taxados desta forma.

O que está a acontecer é uma autêntica automutilação da nossa economia. A coisa está boa para o cliente final e faz com que as medidas sejam relativamente palatáveis do ponto de vista da opinião pública mas a situação é verdadeiramente trágica para quem tem responsabilidades na gestão da economia.

Tudo isto está a acontecer numa altura em que, 40% da energia produzida pela TERAMB, não está a ser paga. A EDA diz que não tem capacidade para a vender porque não há clientes para tanta energia e as coisas ficam assim mesmo, mas há aqui um enorme contrassenso. Pergunto como é possível estarmos a deitar fora 40% da energia produzida pela TERAMB e ao mesmo tempo nos aumentam os preços desta maneira.

É preciso olhar para tudo isto de outra forma porque a situação não é aceitável e tem obviamente a ver a ver com a ERSE, na qual a região está incluída porque nos dava jeito na altura, já que nos prometeu uma redução de 20% nos preços da energia. Da mesma maneira como se pediu para entrar na ERSE, também se pode pedir para sair, mas cabe ao Governo Regional resolver a situação.

Isto vai ter custos muito grandes para todos nós e o ténue crescimento económico que estávamos a ter leva uma grande pancada, o que me deixa extremamente preocupado. Temos aqui outras pessoas mais ligadas à economia do que eu e poderão falar melhor sobre estas coisas.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Muito bom dia a todos. Agradeço as informações que foram prestadas e vou levantar uma questão que tem a ver afinal com a convicção de cada um de nós em relação à eficácia deste Conselho de Ilha que dá pareceres sobre o plano e orçamento, tomou uma posição em relação ao PEGRA e vai abordar agora este assunto magno em relação ao nosso desenvolvimento.

Temos aqui uma representatividade muito significativa com pessoas de todas as áreas e a presença sempre muito positiva dos senhores deputados à Assembleia Legislativa Regional, mas sinto que os pareceres do Conselho de Ilha são apenas um proforma. Não podem deixar de ser consideradas as posições fortes que aqui tomamos em relação aos transportes e a algumas infraestruturas como o porto da Praia da Vitória e a sua ampliação, questões que nos unem e foram aqui afirmadas diversas vezes por unanimidade. Não sei se algum dia teremos que nos afirmar também por unanimidade em relação aos cabos submarinos, que tanta polémica causam, só porque se alega que há uma ilha que tem mais de metade da população açoriana e, salvo erro, 58% do PIB.

Se as posições concertadas e de compromisso que vêm sendo tomadas por este Conselho de Ilha, não passam de um simples proforma, receio que poderemos estar a perder aqui uma boa manhã sem chuva que não nos conduz a nada. Se for o caso, acho que devemos tomar aqui posições ainda mais duras porque a realidade da nossa ilha é inultrapassável, fruto da nossa representatividade e da geografia.

As posições tomadas por unanimidade num Conselho de Ilha, que é composto por representações da Câmara do Comércio, das câmaras e das assembleias municipais, dos deputados, dos sindicatos, das IPSS, etc., merecem ao menos uma justificação política, caso não sejam consideradas.

Isto vai de encontro ao chamado desenvolvimento harmonioso que alguns querem deixar ficar no tinteiro. Falando em nome individual, penso que o não respeito pelos princípios da coesão económica, social e territorial levará a fortes efeitos políticos na autonomia dos Açores tal como a sonhámos. Vale a pena estarmos aqui a dar pareceres, tomar posições e procurar soluções de compromisso com cedências mútuas no interesse real da ilha ou passamos aqui umas manhãs, elaboramos e enviamos uns documentos que nem sequer são lidos? Deixo-vos esta interrogação.

Passando agora ao ponto que temos em cima da mesa, a questão do custo da energia, só tenho razões para confiar no que o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo acabou de referir, situações que são inaceitáveis, embora aplicadas a todas as ilhas. Não querendo deixar de parte a questão da TERAMB, a grande vantagem de existir ali um gerador é a produção de energia que, afinal, está a ser fornecida de borla à rede. Tenho dificuldade em perceber esse negócio porque estava convencido que a Câmara Municipal

cedia à rede uma energia que era paga, mas ao longo do tempo fui percebendo que afinal essa energia produzida pela TERAMB não vai para a rede na sua totalidade. Talvez o senhor presidente da Câmara nos possa esclarecer este mistério de produzir energia para oferecer.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A situação é realmente difícil de entender e tem a ver com o chamado mecanismo dos ressarcimentos. Entre a meia-noite e as 6 ou 7 horas da manhã, produzimos na ilha Terceira mais energia do que aquela que é consumida e não a podemos guardar porque foram instaladas umas baterias na Vinha Brava que não estão ainda em total funcionamento e dariam parte da resposta a esta situação. Uma outra solução passaria por uma central reversível que consiste basicamente num tanque no monte e outro na base do monte. Uma bomba faria chegar a água lá acima nos períodos de maior energia e sempre que fosse necessário, a água acionaria um gerador para produzir energia. Este processo existe na Madeira como forma de regularizarem esta situação. No caso da ilha Terceira, estamos a investir em baterias já com a nova tecnologia.

Temos um conjunto de entidades a produzirem energia com uma regra em que o primeiro a entrar é o último a sair. Isto significa que, havendo espaço, os mais antigos continuam a produzir e a vender energia, enquanto os mais novos saem da rede. Contudo, não é possível desligar a Geotermia nem a TERAMB que, para cumprir as regras da emissão de gases, tem que manter um forno numa temperatura entre os 900 e os 1 000 ºC. Se desligarmos a incineradora, o forno arrefece e depois temos que injetar gasóleo para voltar a aquecê-lo.

Não é possível desligar a TERAMB entre a 1 e as 7 horas da manhã, o que significa que tem que produzir energia durante a noite, e é aí que entram os ressarcimentos. Como a TERAMB não pôde sair, apesar de mais antigos, os parques eólicos da EDA RENOVÁVEIS e da CAEN têm que sair enquanto poderiam estar a produzir; logo, a TERAMB passa a pagar àquela entidade que desligou o seu aerogerador, como se ela estivesse a produzir. Como resultado, a energia produzida pela TERAMB é injetada gratuitamente na rede e os municípios voltam a comprá-la.

O dinheiro que a TERAMB deveria receber está a ser pago a um parque eólico que está desligado e o mesmo acontece com a Geotermia em que, praticamente todas as noites, uma parte da produção da sua energia não é paga. Apesar de ter sido a última a entrar, a Geotermia não pode desligar, por isso continua a produzir energia, enquanto os outros desligam e recebem como se estivessem a produzir.

É este o mecanismo dos ressarcimentos que faz com que, nalguns meses, 40% da energia produzida pela TERAMB não seja paga. Nós fornecemo-la à rede, a EDA vende-a aos seus clientes e depois o dinheiro não chega porque vai para os ressarcimentos. Como a EDA RENOVÁVEIS é dona do parque mais antigo, o dinheiro fica todo em casa. Estamos a produzir energia para alimentar a ficção que o parque eólico está a produzir, quando está desligado e o dinheiro fica no bolso da EDA que vende a energia aos clientes ao preço normal. Temos meses em que 40% de toda a energia produzida não foi paga dentro deste mecanismo porque não pudemos desligar a incineradora durante a noite.

Este é um problema gravíssimo que leva a um conjunto de barreiras técnicas. Quem quer investir em energias renováveis, se será o último a entrar na rede para depois não receber? O único investidor a quem isto interessa é a EDA, porque paga a si própria, e estamos assim a criar um monopólio por uma via indireta. Repare-se, por exemplo, naquele parque que está há anos a degradar-se na Praia da Vitória sem nunca ter produzido sequer um *watt* de energia para a rede. Veja-se a quantidade de dinheiro que está ali empatado sem qualquer vantagem e aquela energia não vem da Rússia nem da Ucrânia; vem da Praia e não estamos a usá-la na rede. Pensemos também nas consequências de tudo isto para a criação das comunidades de energia que agora a lei permite a quem tem casas na zona classificada e necessita de colocar painéis solares, aproveitando o SOLENERGE para reduzir o custo da sua fatura.

Estamos perante um conjunto de problemas que são verdadeiramente penalizadores da transição energética no arquipélago. Quando se fala em descarbonização da economia, os resíduos dos restaurantes são uma gota de água no meio deste grande oceano. Estamos focados noutras pequenas questões acessórias enquanto temos aqui este verdadeiro monstro para resolver. É esta a questão dos ressarcimentos e é por causa disto que se perde energia.

Conselheiro Paulo Fialho (em representação da Universidade dos Açores): Muito bom dia. Este tema da energia é também muito caro à Universidade dos Açores que, como sabem, teve já o curso de energias renováveis que começava a dar os primeiros passos e a ser reconhecido lá fora, ao ponto de a universidade de Aveiro preferir os nossos alunos porque estávamos a criar um perfil dentro desta vertente da energia. A universidade tem um quadro mais do que formado nesta área liderado pelo professor Mário Alves, que a região conhece bem, assim como o professor Álamo de Meneses, mas fomos completamente barrados pela EDA e era-nos impossível continuar porque teríamos que nos autossustentar com a produção e reduzir os custos. Chegámos a reunir na altura mas entretanto fecharam-nos o curso por falta de dinheiro para podemos contratar os poucos quadros necessários, dar corpo e creditar o curso com as novas regras.

Esta área é complicada mas é bem nítido que as ilhas podem ser exportadoras de energia. O que nos está a faltar é a capacidade de pegar na energia extra e convertê-la em exportação, algo que pode ser feito através da produção de hidrogénio com tecnologias já conhecidas, como é o caso do amoníaco que é menos complicado de transportar, além de muitas outras alternativas possíveis, nomeadamente os tampões que estão agora a ser feitos com as baterias, uma das propostas que foram feitas.

Se queremos incentivar os pequenos clientes a moverem-se para um horário noturno não é com a política que a EDA tem agora com a tarifa bi-horária, que é «idiota», passe a expressão. Se tenho excesso de energia a partir de uma determinada hora, tendo os tampões como estratégia, posso reduzir drasticamente o preço na hora curta. Se fizerem bem as contas, o negócio que está feito agora traduz-se em poucos benefícios para o cliente. Estas tarifas bi-horárias estão mal aplicadas e não fazem sentido porque as pessoas não as podem usar nos feriados.

Há aqui um grave problema de gestão com um monopólio completamente dominado no mau sentido. A política dos pequenos produtores que está a ser incentivada ao nível europeu precisa de ser concertada com a própria EDA para que seja possível em termos práticos nas casas de cada um, já que introduz flutuações na rede. Quanto a mim, este problema de gestão tem que se concertado, porque não há outra maneira de se resolver isto, e é absolutamente inviável tentar que uma empresa venha para cá porque sabemos que isso não funciona nas ilhas.

Estamos num mercado muito pequeno controlado por meia dúzia de intervenientes, por isso não podemos ser autónomos e não adianta pensar que podemos resolver isto sem uma concertação entre a empresa monopolista e as entidades que nos governam. Temos que perceber que é preciso servir sem empolar, uma comunidade que é o conjunto de todas ilhas e não apenas esta.

Estamos aqui a discutir aumentos que em grande parte são taxas e taxinhas para serem niveladas com o que os outros fazem. Se estamos a dizer que produzimos energia cá dentro, por que razão temos que importar tanto fuelóleo? Conhecemos todos os passos do problema do fuelóleo para resposta rápida mas estamos também a discutir algo que padece do mesmo mal e poderia compensar em certa medida.

Parece-me haver aqui uma grande falta de diálogo entre as entidades que detêm o poder e terão que se concertar; se assim não for, vamos continuar a discutir estes assuntos eternamente sem chegarmos a qualquer conclusão. É com muita pena minha que a própria universidade não esteja nesta altura a dar cartas e a formar pessoas que poderiam ficar efetivas na região, mas tivemos que deixar fugir o curso.

Temos provavelmente condições para, em cooperação, reativar a ideia que estava prevista. Posso dizer-vos que nesta altura o campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores é o único que possui iluminação total em LED, uma parte em cooperação com a Câmara Municipal e a outra com investimento feito pela própria universidade, o que passou a fazer uma diferença de mais de 30 mil euros na faturação anual. Se nós podemos, os outros também podem, mas tem que se fazer algum investimento. Os custos referidos pelo professor Álamo em termos de iluminação parecem ridículos mas, somando tudo, estamos a falar de muito dinheiro.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Esse eventual curso de energias renováveis seria feito em que polo?

Conselheiro Paulo Fialho (em representação da Universidade dos Açores): O curso seria feito no campus da ilha Terceira que tem uma panóplia de tecnologias alternativas para poder ensinar. A Terceira tem, São Miguel não tem. Temos desde as boas até às más experiências que, em termos de ensino, são extremamente importantes. Precisávamos de contratar mais um ou dois recursos mas depois teríamos que autoalimentar. Tínhamos um plano autoalimentado que nos permitia fazer o 1.º ciclo, avançar para o 2.º e fazer um 3.º.

No plano apresentado à EDA, produziríamos a energia no Pico para dar resposta às necessidades daquela ilha, vendê-la-íamos a um preço abaixo do valor do mercado e

alimentaríamos o curso com base na garantia de compra dessa mesma energia por parte da EDA. Era possível sustentar tudo isto sem gastar um euro que não viesse do próprio plano, mas a EDA fechou-nos a porta e disse que não compraria. Havia espaço na ilha do Pico para a EDA nos comprar a energia, pensaram que íamos pedir também na Terceira mas dissemos logo que não porque sabíamos que a ilha estava já saturada, como referiu há pouco o professor Álamo.

Isto somos nós, não são os outros. Não foi por ser São Miguel. Tínhamos o apoio do reitor na altura e foi aqui que nos fecharam a porta. Como sabem, as universidades dependem do Estado, que paga mal e o dinheiro nem chega para os ordenados, por isso temos que construir o resto. O filme está feito, é esta a realidade e o país que temos. Infelizmente, torpedeamo-nos a nós próprios e se não concertarmos, não vamos fazer nada.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O preço que temos na região é a média dos consumos nacionais porque a região e a EDA estão inseridas na ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos). Como é calculado no ano seguinte, o preço que temos em 2023 é a média dos preços do continente em 2022 para que o preço da energia a nível nacional seja aproximadamente o mesmo.

Com todos os riscos que daí poderão advir, há quem diga que devemos sair da entidade reguladora nacional e há quem ache que não. Para ser sincero, tenho dificuldade em perceber se essa saída seria benéfica, embora o professor Álamo considere que deveríamos ponderar essa possibilidade, sendo que temos que lembrar as razões que nos levaram a fazer parte da ERSE. Independentemente de tudo isto, parece-me mais estruturante o monopólio por parte da EDA, um paradigma que é merecedor de debate. Se a capitalização da EDA estivesse aberta aos empresários e à população açoriana em geral, este monopólio poderia ter um reflexo diferente na economia açoriana.

Temos que começar a pensar numa «democratização» destas instituições monopolistas como a EDA e a SATA. Lembrando a intervenção do senhor conselheiro Carlos Costa Neves, quero acreditar que este Conselho de Ilha é muito útil e tem capacidade para exercer algum tipo de pressão.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Temos de facto uma situação anómala no contexto europeu que se deve a uma derrogação que foi pedida pela região à União Europeia. As diretivas sobre a liberdade de comércio da energia não estão a ser aplicadas nos Açores devido a uma derrogação específica que foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia e refere que, dada a pequenez das ilhas e um conjunto de outras razões, o monopólio da energia é permitido nos Açores.

Uma regra existente no contexto da União Europeia obriga a que os produtores de energia não a possam vender ao público, quem a transporta não a pode comercializar e quem a comercializa, não a pode produzir, ou seja, o sistema energético europeu está dividido em três setores estanques em que não são permitidos investimentos cruzados. Os produtores de energia são obrigados a vendê-la à rede e o gestor da rede não pode ser o produtor da energia, o que faz com que a produção seja feita de forma autónoma. Há um mercado de

energia em que o preço varia de hora a hora em função das necessidades. Como gestora da rede nacional, a REN não pode vender a energia ao cliente final, o que é feito pelos comercializadores, um setor onde está a EDP e a IBERDROLA.

Existe um conjunto de flexibilidades e negociações dentro do sistema que levam à homogeneização do preço e à concorrência entre setores. Se eu tiver uma central elétrica mais eficiente consigo vender energia mais barata à rede do que o meu vizinho do lado, o que, supostamente, faz com que a eficiência cresça, mas nada disto acontece nos Açores onde está em vigor uma derrogação que permite a uma só empresa ter os três setores na mão. Há, no entanto, algumas pequenas exceções que foram muito difíceis de conseguir e uma delas acontece na ilha Terceira com a TERAMB e a CAEN. Quatro daqueles aerogeradores da Serra do Cume pertencem a uma empresa privada. A outra exceção existe na ilha Graciosa que tem um sistema de funcionamento diferente onde foi feito um contrato experimental com uma empresa alemã que levou à instalação daqueles painéis e baterias, mas depois a comercialização da energia está toda nas mãos da EDA.

O mercado livre não pode existir cá devido a um único vendedor que tem o monopólio da distribuição de energia, logo é a ERSE que fixa os preços de acordo com um conjunto de métricas que levaram aos resultados que agora estamos a analisar. Para mitigar isto, quando entrou a CAEN foi criado o tal sistema, em que o primeiro a entrar é o último a sair, de acordo com um despacho normativo da minha autoria, que foi o que se encontrou na altura para regular a energia.

Quando foi pedida a primeira derrogação para a EDA, a tecnologia baseava-se praticamente na queima de fuel; entretanto surgiram os aerogeradores, houve um avanço extraordinário na Geotermia, que não está aqui considerada, e surgiram também as micro redes, ou seja, o facto de as pessoas poderem produzirem energia nas suas próprias casas.

As novas tecnologias tornaram obsoletas as normas que estão em vigor, que deveriam ser revistas todos os anos ou, pelo menos, de cinco em cinco anos, porque não podemos esperar que uma boa solução de hoje continue válida daqui a cinco anos num setor tão dinâmico e evolutivo. Estamos parados no tempo com uma derrogação que tem mais de uma década e um despacho normativo que está desatualizado, porque já não faço parte do Governo há muito tempo.

O mundo mudou mas as coisas por cá continuam na mesma sem qualquer sentido e temos ainda os outros problemas das dificuldades técnicas à entrada. É um inferno se alguém quiser ligar-se à rede e olhem para a situação do parque solar da Praia da Vitória onde foi feito um investimento de milhões de euros. Por estranho que pareça, cada vez que faz sol, o parque produz energia que não está a ser debitada para a rede. Aqueles painéis estão para ali no meio daquele cerrado a degradar-se com o tempo e nada é feito para o evitar. É este o drama que vivemos. Temos excesso de energia que está a ser desperdiçada, ao mesmo tempo que somos confrontados com estes preços.

A integração na ERSE há mais de vinte anos foi uma forma de subsidiar a nossa rede, permitindo que houvesse uma descida na casa dos 20% porque tínhamos um sobrecusto

devido às condições tecnológicas daquela altura. Contudo, nada disto mudou e a ERSE transfere todos os anos para a EDA cerca de 70 ou 80 milhões de euros, simplesmente porque continuamos a achar que podemos produzir energia mais cara e vendê-la mais barata. Isto transformou-se num jogo extremamente complexo do ponto de vista económico e tecnológico que é preciso analisar com atenção. Em vez de sermos os beneficiários finais da evolução tecnológica e da produção de energias renováveis, nas quais podemos ser campeões, estamos a pagar a energia aos preços que temos em cima da mesa.

Chamo a atenção dos senhores deputados para o que aconteceu na região autónoma da Madeira que, na semana passada, publicou um decreto legislativo regional sobre a criação de uma zona livre tecnológica (ZLT) voltada para a energia, algo que temos estado a tentar criar desde há dois anos mas passamos a vida a esbarrar em todo o tipo de entraves. A ZLT é uma zona em que se derrogam as regras existentes para permitir aquilo que o professor Paulo Fialho referiu há pouco.

A Assembleia Legislativa da Madeira teve a coragem de resolver o assunto com a criação de uma ZLT. Se os senhores consultarem o decreto legislativo regional que foi publicado a semana passada sobre esta matéria, verão um conjunto de princípios inovadores que muito bem poderiam ser aplicados entre nós e resolveriam uma boa parte destas questões. As soluções existem, dependem da vontade dos nossos políticos e de todos nós e basta a coragem para atuar. Se nada fizermos, vamos ter a economia a desmoronar-se em cima de nós. É o que isto vai dar.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Estamos a ter aqui um debate interessante com informações mútuas, do qual alguma coisa deve sair para o exterior. Como disse há pouco, para se dar eficácia àquilo que é abordado e debatido nesta reunião, é preciso que a nossa posição tenha sequência.

Sinto-me muito honrado em fazer parte deste Conselho de Ilha e acho que ele vale a pena se fizer pressão nas posições que tomar. Dando um exemplo, damos um parecer sobre aspetos relativos ao investimento que constam no plano e orçamento, o documento segue daqui para a Assembleia Legislativa Regional para ser analisado pelos senhores deputados, mas nunca mais voltamos a tocar no assunto, por isso seria útil que, na reunião a seguir à aprovação do plano e orçamento, se fizesse uma avaliação crítica – positiva ou negativa – daquilo que foi considerado pela Assembleia Regional baseado no nosso parecer. Estou convencido que, pouco ou nada será considerado em 2023, por isso devemos tomar uma posição, referindo ou lamentando que os assuntos que foram propostos neste Conselho de Ilha mediante um profundo debate, por vezes até com algum incómodo para alguns de nós, não são considerados pela Assembleia Legislativa Regional.

O Conselho de Ilha através da sua Mesa, deve apresentar a questão a quem de direito. Se estamos aqui a debater os assuntos da energia, com esclarecimentos muito úteis para todos, alguma coisa deve sair desta discussão. Os senhores deputados já cá estão e por isso estão informados, mas dar-lhes-ia muito jeito um documento que seria também enviado a quem tutela a energia no Governo Regional, dando conta da posição deste Conselho de Ilha. Se

isto não sair destas quatro paredes, enriquecemo-nos intelectualmente e as coisas ficam assim mesmo.

Em suma, toda esta minha intervenção para dizer que é preciso dar o adequado seguimento aos grandes temas relativos à ilha Terceira que são abordados neste Conselho de Ilha. Se os nossos pareceres caírem em saco roto, todo o este esforço será inútil. Estamos a cumprir a parte da reflexão mas não estamos a refletir a parte da operacionalidade. O senhor presidente da Mesa, também presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, e os senhores presidentes das câmaras municipais, poderão dizer que não dispomos de meios ou de alguém que possa elaborar as propostas na sequência do que aqui é debatido; bom, talvez se possa estabelecer um protocolo com as câmaras ou fazer as coisas de outra forma, caso contrário, ficamos todos muito satisfeitos por temos abordado e identificado os temas, mas é rolar em seco se os mesmos não tiverem seguimento.

Conselheiro Pedro Pinto (deputado do CDS-PP na ALRAA): Muito bom dia e um bom ano para todos neste que é o nosso primeiro encontro de 2023. Pedi a palavra motivado pela intervenção do senhor professor Paulo Fialho, por isso lhe pergunto, há quantos anos ocorreram esses acontecimentos da tentativa da Universidade dos Açores em dar um salto qualitativo com a abertura de um novo curso e a disponibilização de uma nova oferta formativa.

Os custos da energia são deveras preocupantes. Como referiu o senhor professor Álamo de Meneses, acho que adormecemos à sombra deste sistema criado em volta da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que foi útil no passado, e atualmente é muito confortável porque vai ressarcindo anualmente a empresa elétrica dos Açores com montantes muito significativos. Ignorou-se a evolução tecnológica e chegámos a uma situação em que uma boa parte da energia que produzimos é desperdiçada. Estamos adormecidos, não procuramos dar um salto qualitativo e isto é apenas um exemplo do que está a faltar aos Açores em várias áreas.

Os aumentos dos custos da energia nas contas dos clientes são muito significativos e terão um grande impacto na economia local. O aumento dos preços que os comerciantes e a indústria terão que refletir nos seus produtos e serviços finais, condicionarão também a procura, resultando num efeito negativo na economia num ano que se avizinha difícil também do ponto de vista financeiro com o aumento das taxas de juros e o consequente impacto nas famílias, principalmente as que tiverem créditos à habitação.

Apesar de todos os esforços que o Governo Regional implementou desde o início do mandato com a redução de impostos e aumentos muito significativos nos apoios sociais, é certo que estes aumentos nos custos da energia não são bem-vindos, muito menos no contexto económico que antevemos para este ano, por isso temos que fazer alguma coisa e ainda bem que temos um Conselho de Ilha extremamente rico e diversificado. Podemos contar com os contributos da Universidade dos Açores e do setor empresarial, que é bastante dinâmico na nossa ilha, mas temos que fazer valer todo esse conhecimento. Como disse e muito bem o senhor conselheiro Carlos Costa Neves, não podemos ficar apenas com

a felicidade de sairmos daqui enriquecidos, é necessário materializar estes debates em proveito de quem representamos que são os concidadãos da nossa ilha.

Conselheira Andreia Costa (deputada do PS na ALRAA): Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores conselheiros. Sendo esta a primeira vez que nos encontramos, desejo a todos um bom ano.

Gostaríamos de apresentar também a nossa visão do tema aqui trazido pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. A questão dos custos energéticos merece uma abordagem de médio e longo prazo e uma outra de curto prazo, aquela que nos apresenta a CCAH e se vai refletir num aumento dos custos já neste mês de janeiro com repercussões imediatas nas despesas das famílias, das empresas e das entidades públicas.

Esta questão foi já objeto de reflexão por parte dos partidos políticos no final do ano passado, em que deixaram o alerta ao Governo Regional. Na sessão plenária do mês de janeiro que ocorreu a semana passada, foi apreciada uma proposta de resolução apresentada pelo Partido Socialista que recomenda ao Governo, três iniciativas de abordagem imediata a este problema, refletindo já os aumentos superiores a 60% para a esmagadora maioria das empresas. Essa proposta foi aprovada por maioria, merecendo apenas a abstenção do deputado independente e dos deputados do Bloco de Esquerda. Numa primeira medida é apresentado um plano de poupança e uma segunda medida consiste num sistema de apoio às famílias e às empresas, prevendo-se a sua implementação por parte do Governo Regional dentro de trinta dias para que seja possível aos senhores deputados da Assembleia Legislativa Regional, a promoção e monitorização da sua implementação com periodicidade, ou seja, com o fornecimento de dados periódicos.

Há aqui três situações que não podem ser confundidas como aconteceu no debate da Assembleia: as dificuldades imediatas, que devem ser supridas, a transição energética e o mercado da energia. A transição energética pode ser abordada sob diversas formas, algumas já aqui referenciadas como, por exemplo, o SOLENERGE e a mobilidade elétrica, mas é necessário um outro plano de abordagem que não terá efeitos imediatos na fatura das famílias. É verdade que o SOLENERGE teve mais de 1 500 candidaturas, mas apenas foram aprovadas 50, e ainda não temos o PROENERGIA a funcionar na componente das baterias, ou seja, mesmo que todas essas famílias implementem o SOLENERGE nas suas casas, o sistema fica condicionado sem as baterias em funcionamento. Quando o SOLENERGE foi aprovado, o Partido Socialista tentou incluir a questão das baterias que não foi considerada, o que significa que o sistema está ainda hoje incompleto.

A mobilidade elétrica é importante por questões ambientais e de transição energética mas todos sabemos que, mesmo beneficiando de sistemas de apoio, a larga maioria das famílias não está em condições de substituir os seus veículos por veículos elétricos. Temos que continuar a apostar na mobilidade elétrica mas devemos ter a noção de todas as condicionantes existentes. É lamentável que o sistema de baterias não esteja ainda a funcionar em pleno, um investimento iniciado em governos anteriores que, entretanto foi concluído, e do qual depende uma boa parte do sistema de abastecimento na ilha Terceira.

As questões de fundo relacionadas com a produção e distribuição de energia são muito importantes e devem ser abordadas mas não resolvem o problema imediato da fatura que vai chegar referente já ao mês de janeiro. Como disse e muito bem o senhor conselheiro Carlos Costa Neves, o Conselho de Ilha deve tomar uma posição junto das entidades que têm um papel ativo em todo este processo, uma questão bem levantada que deve ser apresentada a quem de direito. Recordo a abordagem que foi feita a respeito da minha intervenção sobre o plano de investimentos para 2023 em não avaliar a execução. Temos já a execução de 2022, que talvez seja merecedora da apreciação por parte deste Conselho de Ilha, assim como aquilo que terá ou não sido considerado acerca das questões aqui colocadas a propósito do plano e orçamento para 2023. Há aqui matéria política e estruturalmente importante para a ilha Terceira que deve ser merecedora de uma apreciação por parte deste Conselho.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Em jeito de resposta à intervenção do doutor Carlos Costa Neves no sentido de darmos seguimento aos nossos debates, à semelhança do que se fez anteriormente, o Conselho de Ilha pretende redigir um documento que reflita todas estas preocupações de forma clara e explícita, que depois será alvo de validação por parte dos senhores conselheiros e enviado ao Governo Regional e aos decisores políticos.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Na sequência da intervenção do senhor deputado Pedro Pinto, gostaria de falar do curso das energias renováveis que existiu durante cerca de uma década. Fui professor desse curso que desapareceu devido a um parecer negativo da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) que resultou do facto de a Universidade dos Açores não ter podido contratar um doutorado em Eletrotecnia. O curso funcionou bem durante cerca de uma década e formou muita gente com bons resultados mas acabou por morrer de forma ignóbil, ou seja, «morreu na praia» por falta da contratação de uma pessoa. Perante a impossibilidade de disponibilizar internamente os recursos necessários, a Universidade dos Açores pretendia assim entrar no negócio da venda de energia.

É preciso não esquecer que as câmaras municipais da ilha Terceira vendem cerca de 1,8 milhões de euros de energia por ano. Pegando na ideia da TERAMB, a universidade procurou uma rede com espaço na ilha do Pico mas o projeto não teve andamento por causa das barreiras técnicas à entrada.

É preciso não esquecer que estamos perante um sistema que apresenta um conjunto de questões de natureza técnica e a qualidade da rede elétrica depende essencialmente de dois parâmetros: não nos podemos desviar muito da frequência de 50 Hz nem da estabilidade dos valores de serviço da tensão elétrica e na altura eram poucas as tecnologias que permitiam manter estes valores.

Quando ligo uma lâmpada na minha casa, a central elétrica tem que acelerar o suficiente em milissegundos para produzir energia para a minha lâmpada e tem que desacelerar também de forma rápida para compensar quando a desligo, por isso é que era preciso manter uma

máquina a fuel no Belo Jardim na Praia da Vitória com uma percentagem da carga nominal que acelera e desacelera cada vez que alguém liga ou desliga a luz num lugar qualquer da ilha. Estas questões estão ultrapassadas e a tal máquina deixa de ser necessária com a utilização de baterias que reagem também em milésimos de segundo.

As grandes peias desapareceram e o problema é que, aquilo que se anuncia com a entrada em funcionamento das baterias não é solução para nada. Da maneira como a sua utilização está a ser gizada, manter-se-ão os problemas dos ressarcimentos que eu tinha a esperança que desaparecessem com a entrada em funcionamento das baterias.

O desafio que devemos deixar aos senhores deputados e ao parlamento é que se faça como a Madeira está a fazer, revisitando o assunto da energia face ao gigantesco progresso tecnológico. A região deve analisar junto da União Europeia se pretende manter a derrogação que já não faz sentido no atual contexto. Por que razão se continua a manter este monopólio duro em cima de todos nós? A alteração legislativa referente a esta matéria pode ser feita já este mês com resultados quase imediatos mas é preciso que alguém tenha a coragem para iniciar o processo.

O preço que pagamos na bomba de gasolina já não chega para financiar o gás que, não tarda nada, será também suportado pelos nossos impostos. Este problema complexo da energia que envolve a eletricidade e os combustíveis fósseis em geral, precisa de ser urgentemente revisitado. O edifício existente foi bem feito mas alguns diplomas devem estar a ultrapassar os trinta anos.

O mundo não parou e estamos perante uma situação de urgência. A Madeira tem o molde do que é preciso fazer e foi publicado no Diário da República da semana passada. Se existisse uma ZLT (Zona Livre Tecnológica) quando a universidade quis avançar com aquele projeto, as coisas não teriam tido o desfecho que tiveram.

A proposta do nosso presidente faz sentido, façamos então um parecer que refira as questões de substância, desde a revisão da derrogação comunitária, sobre a qual ninguém tem coragem para falar, até às questões da evolução tecnológica. Temos que saber de que forma o parque das baterias da Vinha Brava vai ser explorado; se for utilizado como eram os motores do Belo Jardim, ficamos na mesma.

Conselheiro Nuno Melo Alves (em representação da AMAH): Bom dia a todos os senhores conselheiros. As questões de produção e armazenamento energético têm muito que se lhes diga. A descontinuidade territorial leva a nove mercados distintos e dentro destes mercados existem desequilíbrios entre a oferta e a procura, pelo menos nalguns picos de energia durante o dia.

Sabemos que nas ilhas Terceira e São Miguel, parte da produção da energia renovável é desligada à noite por falta de capacidade de armazenamento. As baterias irão suprir esse problema na Terceira e prevê-se que entre em funcionamento o parque de baterias que está a ser instalado em São Miguel. No âmbito do PRR, estão ainda previstos investimentos em baterias nas restantes seis ilhas, exceto no Corvo onde existe um projeto à parte com vista à estabilidade da rede e à capacidade de armazenamento, visto que atualmente tem um

desperdício na produção devido à falta de capacidade de conversão dessa energia em matéria exportável.

No continente basta ligar uma ficha a uma rede que é uma autoestrada de energia, uma possibilidade que não existe no arquipélago mesmo entre as duas ilhas mais próximas, o Faial e o Pico, onde a profundidade do oceano e a extensão de 9 km criam dificuldades de ordem técnica.

O facto é que não existe nenhuma ligação inter-ilhas e este desperdício de energia é real. A produção é calculada para os consumos máximos com margens de segurança para os picos de consumo durante o dia mas à noite existe uma grande redução na produção, o que se deve à falta de capacidade de produção e à imposição das metas europeias que, em grande parte, são negociadas e decididas com base nas necessidades dos territórios contínuos, realidades muito díspares da nossa.

Estas diferenças poderiam refletir-se em melhores preços ao consumidor entre os diversos concelhos ou ilhas como acontece com as águas. Anteriormente, a produção de energia elétrica era municipalizada, por isso a EDA foi criada com o objetivo de diluir custos e encargos com vista à normalização dos preços ao consumidor final para que não houvesse grandes diferenças entre as ilhas.

Já falámos hoje aqui de duas metas europeias, uma delas relacionada com os resíduos, cujo parecer já emitimos, e referimos também as metas relativas à penetração no mercado de energia produzida por métodos alternativos. Outras metas aparecerão, como por exemplo, a proibição da venda a partir de certa data, de veículos movidos a combustíveis fósseis, o que não deixa de ser uma incongruência da própria comunidade europeia, que não aceita cofinanciar veículos elétricos por considerar que toda a gente vai querer ir atrás dos carros de luxo de 70, 80 ou 100 mil euros, esquecendo-se que hoje em dia a produção de um veículo elétrico custa o dobro ou o tripo de um carro equivalente movido a combustível fóssil.

A União Europeia não é um corpo único, existindo várias direções gerais, cada uma com a sua agenda em que a articulação entre as várias políticas, por vezes não é a melhor, e tendemos em esquecer os enquadramentos europeus. Alguns dos regulamentos que estão em vigor, começaram a ser discutidos em 2015 ou 2016, por isso estas coisas devem ser trabalhadas com muita antecedência, sendo necessária uma linha estratégica de pensamento regional em relação a esta e a outras áreas.

Além da normalização de tarifários entre as ilhas, a ERSE tem sido um problema. Desde a altura em que fiz parte da Assembleia Legislativa Regional, houve da parte do PCP, do BE e até do CDS-PP, propostas de resolução no sentido de recomendar à EDA, reduções dos preços e a criação de tarifários sociais ou de outra natureza, mas essas recomendações esbarraram sempre na limitação do contributo da ERSE para a normalização dos tarifários. Já que a tecnologia o permite, talvez seja tempo de se começar a repensar o papel da ERSE na região, procurando outra forma de enquadramento.

Os ressarcimentos e os tarifários estão ligados às estratégias e imposições por parte da União Europeia e às dificuldades existentes na troca do excesso de produção e exportação para o exterior da região, fatores que impedem o equilíbrio da procura com preços toleráveis que não necessitem de subsidiação, sendo criada a ilusão de uma solução que não acontece na prática. Ao longo da última década, foram levadas à Assembleia pela mão dos diversos partidos, propostas relativas a estas imposições regulamentares externas da ERSE, que foram sendo reprovadas pelas maiorias de então.

Com a implementação das baterias nas restantes ilhas, talvez daqui a cinco anos estejamos numa situação muito diferente em termos de produção e de capacidade de armazenamento de energia que permitirá mudar toda esta tipologia com vista a uma melhor adaptação e interligação entre a oferta e a procura. No seguimento de alguns exemplos referidos há pouco pelo senhor conselheiro Paulo Fialho, surgirão com certeza outras formas de normalização e até de exportação de energia.

A nossa região tem uma capacidade ímpar de produção de energias renováveis e as melhores condições para, a médio ou longo prazo, avançar até para a produção e exportação de hidrogénio verde, permitindo por essa via um equilíbrio natural e uma aproximação do modelo europeu com uma clara separação da produção, distribuição e comercialização da energia, e talvez estas condições possam começar daqui a alguns meses a ser antecipadas em preparação regulamentar.

Há aqui questões técnicas sobre as quais não me pronuncio e apenas referi assuntos abordados por um leigo na área, mas é importante ter em conta os seguintes cinco aspetos: os nove mercados em termos de produção e consumo, a falta de capacidade de armazenamento e de exportação, o enquadramento das metas europeias, a falta de benefícios que a ERSE implica e as questões relativas aos ressarcimentos, aos tarifários e à ligação à rede, da energia produzida por parte dos particulares. Estas situações devem ser devidamente correspondidas num quadro que mudou drasticamente nos últimos cinco ou dez anos.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): As ilhas poderiam estar ligadas por cabos elétricos, algo que existiu já no Pico nos anos 70; a Europa está toda ligada desta forma. Se temos cabos submarinos que transmitem por fibra ótica, hoje em dia é mais do que acessível o transporte de energia daqui para o Pico, para São Jorge ou para o Faial.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): É verdade. Nunca ninguém quis olhar para isso e até parece um tema maldito nesta nossa terra porque a situação atual está bem assim para quem está bem assim. Esta é uma daquelas questões de inovação que é preciso ter em conta e a ligação entre o Faial e o Pico é extraordinariamente fácil porque o mar tem apenas 50 metros de profundidade máxima entre os dois lados. Isto já existiu com a tecnologia dos anos 70, por isso basta apenas vontade para que o sistema se ponha a funcionar. Os parques eólicos do Mar do Norte e do Mar Báltico estão todos a produzir energia ligados por cabos aos respetivos países. Há uma ligação por cabo

submarino entre Marrocos e a Europa e também a partir do Reino Unido e da Escandinávia para toda a Europa porque é mais fácil transportar energia pelo mar.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Muito bom dia. Este assunto gerou aqui uma discussão do plano formal acerca das posições do Conselho de Ilha que foram trazidas à colação pelo doutor Carlos Costa Neves. No âmbito desta discussão, gostaria de sugerir que fosse recuperado o anterior modelo de funcionamento do Conselho de Ilha. Não estive presente em anos anteriores mas sei que havia uma prática associada às visitas estatutárias do Governo às ilhas Terceira, São Miguel e Faial, assim designadas mas não obrigatórias, tratando-se de um costume ou uma prática reiterada com convicção de obrigatoriedade. Parece-me que a alteração deste modelo levou a uma certa desvalorização do Conselho de Ilha e à forma do mesmo fazer efetivar as suas posições.

O modelo anterior levava à criação de um memorando anual, no qual eram abordadas várias áreas sectoriais e no prazo de cerca de duas semanas, havia uma reunião do Conselho de Ilha com a presença de todos os membros do Governo que tinham que responder a cada um dos temas elencados no referido memorando. Isto ocorria durante quatro anos e a cada ano, o Governo Regional revisitava os memorandos anteriores, o que resultava, na grande parte das vezes, na resolução de alguns problemas.

Esta era uma forma de o Conselho de Ilha tornar mais efetivas as suas posições. Bem sei que foi afastado o modelo de visitas estatutárias às ilhas onde existem secretarias do Governo Regional, o que não impedia que o Conselho de Ilha solicitasse uma reunião anual mediante a criação de um memorando no mês anterior à visita. É verdade que o Conselho de Ilha tem um representante do Governo Regional, que nem sempre está presente, mas serve de veículo de transmissão das nossas posições.

Quanto a mim, seria importante retomar as reuniões do Conselho de Ilha em conjunto com os todos os membros do Governo Regional para uma abordagem sectorial dos temas relacionados com a ilha Terceira.

Conselheiro Pedro Pinto (deputado do CDS-PP na ALRAA): Apenas para esclarecer que já cá estou há mais anos do que o senhor conselheiro José Miguel Toste e não percebi a relação da sua intervenção com a verdade. Não me parece que tenha havido alguma desistência ou afastamento de qualquer prática de visitas estatutárias à ilha Terceira porque esse sistema está definido na lei que não é alterada há muitos anos…

A senhora deputada Andreia Costa está a ter um espasmo. Senhora deputada, V. Exa. tem o dever de conhecer essa lei porque já foi membro do Governo e sabe perfeitamente que não está nela definida a obrigatoriedade de visitas estatutárias às ilhas onde existem secretarias regionais. Essa obrigatoriedade apenas abrange as ilhas sem secretarias regionais, portanto não houve alteração nenhuma e está definido na lei o que o Governo Regional deve ou não deve fazer. O que houve por parte do Governo do Partido Socialista no seu último mandato entre 2016 e 2020, foi uma vontade de fazer também visitas estatutárias às ilhas com departamentos governamentais, mas não está definido na lei que o Governo o deva fazer.

Mantém-se o que está definido na lei há imensos anos, portanto é falsa a afirmação que deixa aqui a ideia implícita que o atual Governo está a incumprir com alguma norma. O atual Governo está a cumprir e o que aconteceu foi que o Governo anterior decidiu alargar esse conceito de visita estatutária também às ilhas com secretarias regionais. Não podia deixar de fazer esta intervenção para a reposição da verdade.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Com o total respeito pela liberdade das intervenções de cada um e segundo aquele que considero ser o papel do Conselho de Ilha, apelo a todos para que nos foquemos naquilo que nos une, em vez destas coisas sem importância rigorosamente nenhuma. Temos que nos concentrar no que é importante e essencial para a defesa dos interesses da ilha Terceira, por isso peço a todos, de ambas as partes, que se deixem deste tipo de intervenções e comentários.

Conselheiro Valter Peres (em representação da AMPV): Muito bom dia e um bem-haja a todos. A intervenção do senhor conselheiro José Toste tem toda a razão de ser e agradeço-lhe por ter levantado a questão que não me pareceu desajustada.

É importante lembrarmos o quanto foi importante para nós a ligação entre o Conselho de Ilha e o Governo Regional nos últimos tempos. É certo que era o Governo Regional que convidava o Conselho de Ilha para uma reunião onde estavam presentes todos os secretários regionais, que se pronunciavam sobre as suas áreas e onde era discutido o nosso memorando.

Quanto a mim, o que o senhor conselheiro José Toste quis dizer é que seria importante darmos continuidade a essas reuniões. Se o convite não partir do Governo Regional, porque não, sermos nós a fazê-lo? Se o Governo aceitará ou não o convite, essa será outra questão. Como foi dito numa dessas reuniões, isto não é um parlamento pequenino, isto é o Conselho de Ilha da Terceira.

Conselheiro Paulo Fialho (em representação da Universidade dos Açores): Pedi a palavra apenas para prestar um pequeno esclarecimento que foi solicitado pelo senhor deputado Pedro Pinto. Se não estou em erro, a reunião em questão decorreu em 2017 durante o primeiro mandato do anterior reitor da Universidade dos Açores entre 2014 e 2018.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Não quero contrariar o bom conselho dado pelo senhor presidente da Mesa, por isso não me vou pronunciar sobre essas coisas que nos desunem.

Na verdade não há nenhuma lei, há uma longa tradição de encontros com o Governo Regional e, durante um período de tempo muito alargado, com os presidentes do Conselho de Ilha. Como já exerci esse cargo, fui recebido por diversas vezes pelo então presidente do Governo.

Fazendo minhas as justíssimas palavras do senhor conselheiro Carlos Costa Neves e para não ficarmos a falar apenas entre estas quatro paredes, seria bom que, de vez em quando, nos fosse possível fazer chegar as nossas questões ao Governo Regional através de uma reunião plenária, como aconteceu nos últimos quatro anos de mandato do Partido Socialista, ou

mediante um encontro entre o senhor presidente do Conselho de Ilha, devidamente mandatado por nós, e o senhor presidente do Governo ou um seu representante.

Os dois caminhos são possíveis para fazermos chegar estas questões a quem de direito porque há uma longa experiência nesse tipo de relacionamento. A escolha do caminho a seguir deve ficar obviamente do lado do Governo mas a verdade é que precisamos de melhorar a nossa comunicação com a administração regional.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Revejo-me em qualquer das metodologias que venhamos a utilizar e aproveito para tranquilizar os senhores conselheiros porque, como devem imaginar, não sou nem nunca fui pessoa de ficar calada e faço chegar ao Governo com muita regularidade, muitas das nossas questões. Os senhores membros do Conselho de Ilha podem ficar tranquilos porque não deixarei os meus créditos por mãos alheias.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): O senhor deputado Pedro Pinto levantou uma questão que é real, ou seja, não há incumprimento por parte do Governo Regional no que diz respeito a visitas estatutárias à Terceira, São Miguel e Faial, mas a verdade é que os conselhos destas ilhas estão numa situação de desfavorecimento na sua capacidade de atuação em relação às ilhas que recebem as visitas oficiais do Governo onde há reuniões com o Conselho de Ilha, com as câmaras municipais e com outras entidades.

Uma coisa é facto de o senhor presidente do Conselho de Ilha, na sua condição pessoal ou de presidente da Câmara do Comércio, poder transmitir determinadas posições ao Governo Regional, outra coisa será a assunção dessas mesmas posições a partir de um memorando criado pelo próprio Conselho de Ilha com a representatividade que tem, juntando as câmaras municipais da ilha, os sindicatos, a Câmara do Comércio, as associações e todas as outras entidades aqui representadas. Como cidadão terceirense e sem falar em governos ou em partidos políticos, acho que o Conselho de Ilha da Terceira tem sido subvalorizado, por isso importam todas as formas de afirmação das nossas posições na defesa dos interesses da ilha Terceira.

O tempo tem posto em funcionamento várias soluções. Recordo que eram muito frequentes os Conselhos de Governo na ilha Terceira e os contactos próximos de parceiros sociais e não me apercebo que agora sejam tão frequentes assim. Não acho que o Conselho de Ilha da Terceira deva ter menor capacidade de movimentação em relação aos conselhos das ilhas que não tenham representações do Governo e o facto de termos aqui duas ou três secretarias regionais não faz com que as nossas questões ou pareceres tenham maior exposição ou visibilidade.

A meu ver, algo nos está a falhar e estamos numa situação de desvantagem, nem que o Governo Regional tenha que visitar também as três ilhas que têm secretarias regionais. Quando pego num jornal, fico a par dos assuntos essenciais para São Jorge, para o Corvo, para as Flores ou para Santa Maria e não temos a mesma sistematização em relação à Terceira.

Independentemente de quem ganha eleições e ocupa os cargos, o que me preocupa é o estatuto do Conselho de Ilha, por isso seria muito bom que fosse havendo um memorando de questões que seriam mantidas enquanto não fossem resolvidas como, por exemplo, esta reforma estrutural na área da energia ou o alargamento do porto da Praia da Vitória. Seriam posições tomadas pelo Conselho de Ilha nem que fossem necessários contactos a dois, a três ou a quatro até que os compromissos fossem assumidos.

Se quisermos transformar o Conselho de Ilha num órgão de sistemática oposição ao Governo que está em vigor, é óbvio que não teremos resultados e tudo depende da cultura que queremos seguir. Aqui ninguém é representante de um determinado partido e eu não sou representante do PSD. Aqui estou obrigado a representar a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e não acho muito difícil, divisarmos em relação aos concelhos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Como Conselho de Ilha, podemos e devemos defender os interesses da ilha Terceira sem estarmos com a preocupação de cortar o cabelo ao Governo.

Dando razão ao senhor deputado Pedro Pinto em relação à não falha do Governo Regional a respeito do cumprimento de qualquer obrigação formal, seria muito útil que não desistíssemos da nossa agenda de questões. Em função de alguma experiência que vou tendo nestas coisas, sei que aquilo que não vai sendo agitado, apodrece e morre, por isso temos que criar mecanismos para mostrar que não estamos a brincar e as nossas posições têm que ser faladas, negociadas e comprometidas. Se não pode ser feito agora por falta de dinheiro, queremos saber quando o será.

Temos a obrigação de defender as posições que tomámos aqui e na Assembleia Municipal de Angra em relação ao porto da Praia, em que os trabalhos preparatórios deveriam estar concluídos no final do ano passado para que este ano fosse possível começar a obra. Se não continuarmos a seguir o assunto e a exigir explicações, é óbvio que estaremos a tomar uma posição muito cómoda para quem quer que seja Governo.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Concordo que é um desafio que devemos lançar ao Governo Regional e poderá sair já desta reunião.

Conselheira Andreia Costa (deputada do PS na ALRAA): No seguimento do apelo feito pelo senhor presidente da Mesa a propósito das intervenções mais quezilentas e em função daquilo que aqui aconteceu, talvez devesse tornar a sua recomendação um pouco mais abrangente para que os senhores conselheiros respeitassem também as regras de urbanidade e da boa educação.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores no seu artigo 87.º obriga a visitas do Governo Regional a todas as ilhas e que nelas haja reuniões com o Conselho de Ilha. Essa prática que foi instituída decorre exatamente de uma obrigatoriedade do estatuto. Antes não era assim mas agora é, e independentemente dessa questão mais ou menos estatutária, o Conselho de Ilha pode tomar a iniciativa de reunir com o Governo, como foi aqui muito bem sugerido pelo senhor conselheiro José Toste. À semelhança do que aconteceu anteriormente, o Conselho de Ilha deve usar esse recurso e preparar um memorando com as questões mais prementes relativas ao desenvolvimento da nossa ilha e

dos Açores, aproveitando a oportunidade para ouvir de viva voz os senhores membros do Governo Regional em conjunto ou de forma pontual e faseada. Sabemos que é difícil reunir com todos os membros do Governo de uma só vez, a não ser através de uma visita estatutária, mas o Conselho de Ilha poderá fazê-lo parcialmente com este ou aquele membro em função das questões mais importantes do momento.

Conselheiro Marcelo Pamplona (em representação da AMAH): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros. Perante a intervenção da senhora deputada Andreia Costa, fiquei na dúvida se estas visitas estatutárias do Governo às ilhas onde existem secretarias regionais, é obrigatória por lei. Se a situação não está clarificada, talvez seja altura de a clarificar e impor como regra essa decisão.

Com o aprofundar da democracia existe cada vez mais a necessidade de reuniões integradas para fazermos chegar ao Governo Regional, matérias que são do interesse comum entre as várias secretarias, por isso não faz sentido que o Conselho de Ilha não reúna anualmente com o Governo como acontece nas restantes ilhas. Da mesma maneira que aqui na Terceira podemos falar com um membro do Governo Regional que tenha cá uma secretaria, qualquer pessoa de outra ilha pode também falar com esse membro do Governo quando se desloca às outras ilhas em visitas de trabalho.

Exorto o Conselho de Ilha a fazer uma recomendação ao parlamento ou ao Governo Regional no sentido de desencadear os mecanismos de revisão do estatuto para que se tornem obrigatórias as reuniões do Governo Regional com os conselhos de todas as ilhas. Por terem secretarias regionais, não faz sentido que estas três ilhas não possam debater os seus problemas de uma forma integrada com todos os membros do Governo através de um órgão como o Conselho de Ilha onde estão representadas todas as estruturas económicas e sociais de cada ilha.

Conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH): Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores conselheiros. Independentemente do objetivo desta discussão e daquela que deve ser a representatividade do Conselho de Ilha, penso estarmos todos de acordo com o que aqui foi dito. Pedi a palavra para esclarecer o senhor conselheiro Marcelo Pamplona que o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que foi aprovado em 1980 teve já três revisões, tendo a última sido feita em 2009.

O artigo 87.º é muito claro e diz o seguinte: «*Visita obrigatória do Governo Regional a cada uma das ilhas.*» Não é feita referência à Terceira, a São Miguel, ao Faial ou qualquer outra ilha. Está lá escrito. Parece-me que a situação está ultrapassada e esclarecida, por isso nos devemos centrar na objetividade daquilo que pretendemos transmitir.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O que me parece importante e resulta de todas as intervenções é que, sendo as visitas obrigatórias ou não, o Conselho de Ilha deve fazer chegar as suas preocupações junto do Governo Regional, preferencialmente através de uma reunião mais formal. Estou certo que os anteriores governos não recusaram reunir-se, por isso penso que o atual não terá qualquer razão para o fazer. Vamos tomar a iniciativa e logo veremos se existem razões para todas estas preocupações.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Isto de haver juristas nestas reuniões é sempre complicado, embora a senhora deputada não seja jurista mas tem toda a razão. Como referiu o senhor 1.º secretário da Mesa, doutor Domingos Cunha, o que o estatuto diz é que o Governo tem que visitar todas as ilhas, fazendo um Conselho de Governo Regional, mas não diz que é obrigado a reunir com o Conselho de Ilha, por isso pode haver uma iniciativa da nossa parte no sentido de solicitar ao Governo Regional, uma reunião com o Conselho de Ilha quando visitar a ilha Terceira no cumprimento do artigo 87.º.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Passando agora ao tema dos cabos submarinos, acho que devemos tomar aqui uma posição firme sobre o que tem acontecido no panorama regional a respeito desta matéria.

Apesar de não serem surpreendentes, são a todos os títulos lamentáveis, as posições que têm sido tomadas contra a entrada do cabo nos Açores via ilha Terceira, seguindo para São Miguel e para a Madeira, fechando depois o anel com Lisboa. Como foi ontem dito pelo senhor presidente da ANACOM, pela sua redundância e segurança, esta opção traz claríssimas vantagens para os Açores sem prejudicar as restantes ilhas. Utilizando um termo ainda mais concreto, diria que é até «doentio» o que tem sido vinculado a respeito desta opção.

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo tomou já uma posição sobre o assunto e acho que o Conselho de Ilha também o deve fazer, porque não estão apenas em causa os interesses da ilha Terceira, mas a importância das ligações com o arquipélago dos Açores. Com o atual sistema, se algo acontecesse na ilha de São Miguel, os Açores ficariam desligados do mundo, sendo que a ilha Terceira possui quatro infraestruturas importantíssimas para a segurança regional, nacional e até internacional com destaque para a Base das Lajes e para o SST (Space Surveillance and Tracking). Esta falta de solidariedade e de visão global do que são os Açores tem-me chocado imenso. Permitam-me o aparte, mas caiu a máscara aos verdadeiros bairristas.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Os que estão por dentro das questões tecnológicas sabem que esta é a melhor opção e não faz sentido que se quebre a redundância só porque se faz questão que o cabo passe numa determinada ilha.

A redundância é também uma preocupação para a ilha Terceira porque os cabos de entrada e de saída estão juntos na Silveira. Para o bem de todos nós, um dos cabos deveria estar localizado na Praia da Vitória ou noutra ponta qualquer da ilha para que não fiquemos desligados da rede caso aconteça algo num local e esta ligação à Madeira serve exatamente para criar um anel que faz com que a informação circule em ambos os sentidos. Se o anel convergir num único ponto, passa a ser um anel com um ponto fraco. Vamos pagar o dobro investindo num cabo extra quando, no fim de contas, vamos juntar os dois cabos no mesmo lugar como se fosse um só. Assim mais vale dizer que não precisamos do ramo para Lisboa ou para a Madeira.

Pedi a palavra para falar também do bairrismo, uma questão que muito me preocupa e sobre a qual tive já a oportunidade de falar nesta mesma sala na última reunião da Assembleia Municipal a respeito da saúde. Sem pretender desviar-me do assunto em discussão, é perfeitamente normal que alguém seja transferido do hospital de Angra para o de Ponta Delgada mas parece que o mundo vai acabar se um doente vier do hospital de Ponta Delgada para o de Angra do Heroísmo, ou seja, se o cabo amarrar em Ponta Delgada, tudo bem, mas se for amarrado na Terceira parece que o mundo vai acabar. Há aqui uma normalização inaceitável e não podemos permitir que tal aconteça. Tanto me faz que o cabo amarre na Terceira ou no Pico, o que não quero é que amarre no mesmo sítio por uma questão de segurança. O que interessa é que o cabo entre numa outra ponta qualquer para que a circulação de dados se faça com a segurança necessária.

O problema mais grave é a normalização deste bairrismo em que tudo tem que ser feito em São Miguel e nós aqui estamos a permitir que isso aconteça. Este Conselho de Ilha, com voz forte, tem que dizer que não em relação a esta questão dos cabos submarinos e a todas as outras. Houve um voo de Monte Real para os Açores que parou na Terceira, ai que horror! Se o voo tivesse parado em São Miguel, tudo seria perfeitamente normal e a pessoa mudava de avião lá. Qual é a diferença entre mudar de avião em Ponta Delgada ou nas Lajes?

Este comportamento e esta normalização que se está a criar, de que tudo está errado se não acontecer em São Miguel, não pode continuar a acontecer porque não é aceitável e temos a obrigação de dizer que as coisas não podem ser assim. Esta questão do cabo é irrelevante mas as ilhas são todas iguais e devemos procurar as soluções mais racionais para o bem de todos sem continuarmos com esta birrinha bairrista.

Esta normalização de bairrismo tem um outro problema por detrás que é a maneira como a nossa autonomia funciona ou deixou de funcionar. Cerca de meio século depois estamos a chegar a um ponto em que a disfunção do sistema autonómico é tal, que não nos serve. Há pouco disse que está na altura de olharmos para o fundamento das questões da energia mas afinal temos é que olhar para os fundamentos de tudo isto. Porque é que o número de deputados é este, porque não há comunidades intermunicipais nas nossas ilhas como acontece no continente, para onde estas competências pudessem ser transferidas e geridas, e por que razão, as ilhas não têm um maior grau de autonomia para poderem resolver os seus problemas locais de forma eficiente.

Este é um assunto que precisa de ser falado e a proposta que está em elaboração a respeito de um diploma de descentralização para as autarquias, não é nada; vamos mudar tudo para que tudo fique igual e isso não nos interessa. Ou é para mudar ou deixemos ficar tudo como está e assumamos as responsabilidades. Em vez de olharmos sempre para a rama, (que agora se chama «cabo» mas a seguir será outra coisa qualquer), passemos a olhar para a árvore que é uma autonomia profundamente distorcida. Nada disto faz sentido cinquenta anos depois porque os princípios fundadores estão claramente desvirtuados.

A proposta que faço a este Conselho de Ilha é que, ao lado deste processo sobre a questão do cabo submarino, façamos um protesto ainda mais acentuado contra a normalização deste

bairrismo tonto que está a acontecer. A causa deve ser consequente e tem a ver com a própria estrutura da autonomia que já não corresponde àquilo que os pais fundadores quiseram. O mundo mudou, o tempo é outro e assim como nas questões da energia, temos que ir revendo todas estas situações em função do que vai acontecendo.

Junto a minha voz à do senhor presidente do Conselho de Ilha, dizendo que este tipo de conversa é inaceitável e o que ouvi na televisão e li nos jornais é verdadeiramente ofensivo. A democracia permite a discussão de opiniões diferentes – e ainda bem que assim é – mas aqui estamos já a entrar na fase da ofensa, como que a dizer: «Vocês, esses pequenitos aí para baixo, entendam-se, que nós temos que o fazer.» Isto é ofensivo e inaceitável.

Conselheira Andreia Costa (deputada do PS na ALRAA): Apenas para dar nota de que os deputados do grupo parlamentar do Partido Socialista na região e na república concordam com o entendimento que foi aqui transmitido pelos dois conselheiros que me antecederam, o senhor presidente da Câmara Municipal e o senhor presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

A proposta que está em cima da mesa é a que interessa aos Açores e deve ser implementada o quanto antes e este bairrismo tem nomes. É bom que fique claro que os defensores da teoria da entrada do cabo submarino por São Miguel, são o deputado Paulo Moniz do PSD e o senhor presidente da Câmara do Comércio de Ponta Delgada, com ideias também interessantes sobre a geologia de Santa Maria. São estas as caras desta teoria e não sei se falam por eles próprios ou em nome de mais alguém. Ainda não ouvi o deputado Francisco Pimentel pronunciar-se sobre o assunto, por isso não sei se se trata da versão do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República ou da opinião do deputado Paulo Moniz, o que faz toda a diferença. Uma coisa é ele defender uma teoria sua, a outra é estar a falar em nome do grupo parlamentar do PSD.

Não é São Miguel como um todo nem os partidos políticos com assento na Assembleia da República que defendem esta opção. É importante que as coisas sejam ditas e tidas em conta por todos nós porque não há mais ninguém a defender esta teoria, além destas duas pessoas.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A senhora deputada antecipou o que eu iria dizer. Efetivamente, a posição do deputado Paulo Moniz é vergonhosa, uma pessoa que foi eleita para defender os Açores. Tive uma reunião com ele há quinze dias e ainda aguardo resposta aos *e-mails* que lhe enviei, questionando-o acerca da posição dos representantes do PSD na Assembleia da República. Se não obtiver resposta até à próxima segunda-feira, terei que solicitar ao senhor presidente do PSD que dê indicações aos seus deputados com assento na Assembleia da República no sentido de informarem a Câmara do Comércio acerca da sua posição oficial.

Temos visto, de facto, o senhor deputado Paulo Moniz a fazer um tipo de teatro, desviando as atenções à medida que vai perdendo a razão. Agora já estava a falar de Santa Maria e das ligações internas para que nos esqueçamos da sua posição acerca deste assunto, sendo que não me disse a verdade na reunião que teve comigo, algo que não esquecerei. Revejo-me

totalmente nas palavras da senhora deputada Andreia Costa e este assunto tem sido também um motivo de grande preocupação por parte da Câmara do Comércio.

Quanto ao senhor professor Mário Fortuna, trata-se apenas de mais um dos seus episódios e teorias que trouxeram a região ao estado em que se encontra. Sendo uma pessoa com enormes responsabilidades dentro da academia, é gravíssimo que a tenha utilizado para tentar fazer vingar estas teorias bairristas que vão criando raízes no panorama da autonomia.

Tratando-se de uma questão que depende diretamente do Governo da República, quero acreditar que a ilha Terceira e os terceirenses verão salvaguardados os seus interesses. Contudo, e como disse o senhor professor Álamo de Meneses, este é um problema muito mais profundo e estruturante que nos deve manter atentos.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Estou também completamente de acordo com a abordagem de que não devemos jogar com as armas do adversário, respondendo-lhe no mesmo tom. Ao ouvir as declarações «temos 56% da população e 58% do PIB», vejo o que aconteceu em todas as áreas ao longo de um certo deslaçar da autonomia.

Há pouco falava-se dos fundadores da autonomia. O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no seu artigo 3.º, refere a coesão territorial social e económica que foi aplicada durante muitos anos de acordo com um ideal de desenvolvimento harmonioso. Não sou um dos fundadores da autonomia mas comecei a trabalhar no Governo Regional uma semana depois da tomada de posse da I Legislatura e sinto que esse ideal foi sendo efetivamente atraiçoado. Fui também membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na altura das negociações que levaram os Serviços Municipalizados de Eletricidade a aderirem à EDA em que, para se desfazer alguns obstáculos, se afirmou a certa altura que a sede da EDA seria em Angra do Heroísmo.

Esta memória histórica às vezes traz-me grandes incómodos e não quero nada dos outros. O senhor presidente da Câmara Municipal de Angra faz-me refletir quando diz que é perfeitamente normal que um doente da Terceira vá para São Miguel e parece tratar-se de um crime de lesa-majestade se um doente de São Miguel tiver que se deslocar para a Terceira. Lembro que ambos os hospitais tinham, na sua origem, exatamente a mesma diferenciação e foi defendido que haveria áreas mais desenvolvidas em cada um deles.

Ninguém se pode pôr de fora deste deslaçar da autonomia. Tivemos ciclos políticos muito largos e excessivos, como o do PSD que durou vinte anos e o do PS que vigorou durante vinte e quatro anos, e temos desde há cerca de dois anos, um ciclo de coligação dita de direita.

Não gosto de entrar em discussões de responsabilização partidária porque isso vai forçosamente dividir-nos. Minha cara deputada, se eu assumir esse discurso partidariamente, o que vou dizer é que a responsabilidade desse deslaçar foi dos governos socialistas e não aconteceu durante os governos social-democratas ou dos fundadores da autonomia. Daqui a pouco estou a dizer que o membro do governo tal ou o vice-presidente

do governo tal do Partido Socialista se vendeu a São Miguel. Se entrarmos por aí, estaremos a bater completamente ao lado e a caminhar para a discussão quando, o que me interessa, é a questão dos cabos.

Independentemente das responsabilidades, é certo que neste momento há uma corrente forte em São Miguel que diz ter 56% da população e 58% do PIB e quer levar à concentração da universidade como fez com a EDA e com uma série de outras entidades ao longo destes anos.

Se estamos perante a questão dos cabos submarinos, força no assunto. Manifesto também a minha discordância porque são inaceitáveis as posições públicas que têm sido tomadas por um senhor que é presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e por um senhor deputado regional na Assembleia da República que se chama Paulo Moniz que foi eleito pelas listas da Coligação.

As coisas põem-se pelos seus nomes mas não vamos estar aqui a tentar dizer que uns são os bons e os outros os maus, uns são competentes e os outros incompetentes ou que uns são leais e os outros, uns vendidos. Assim não chegaremos a lado nenhum e vamos entrar em discussões laterais. Não concordamos com a opção tomada e subscrevo também numa afirmação forte, as posições aqui assumidas anteriormente.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Como não tenho conhecimentos técnicos a respeito destas matérias, pergunto se algum dos senhores conselheiros me pode elucidar se existe alguma justificação técnica para a posição que tem sido tomada. Apenas li algumas declarações no Açoriano Oriental em que se diz que se «prejudica» mas não são justificadas as razões desse prejuízo. Gostaria de saber se, das reuniões tidas com a Câmara do Comércio, algum dos senhores deputados foi além deste argumento do «prejudica-se». Será que, pelo facto do cabo ser amarrado na Terceira, a internet chega mais lenta a São Miguel? Acho que o comprimento do cabo, nada tem a ver. Existirá algum motivo para se desconfiar dos técnicos que fizeram aquele estudo?

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Posso dizer-lhe o que está por detrás do «prejudica». A Câmara do Comércio tem recolhido pareceres técnicos de vários engenheiros eletrotécnicos, gente que não está na reforma como aqueles que escrevem nos jornais de São Miguel, todos eles reformados, ou deputados com algum tipo de interesse ou «ex-interesse» na área, como é o caso do deputado Paulo Moniz, já que sabemos o que fazia antes de se tornar deputado.

A questão falsamente levantada a respeito da «latência», que é a velocidade a que o sinal é transmitido, é negligenciável. Achei muita piada a um argumento do senhor deputado Paulo Moniz que, do alto do seu curso de engenharia eletrotécnica, a determinada altura me dizia que as intervenções cirúrgicas poderiam sair prejudicadas. Na altura fiquei-me com este argumento mas fui investigar e descobri que, em 2005, foi feita remotamente a primeira intervenção cirúrgica entre Nova Iorque e Bruxelas, em que a «latência» não teve qualquer influência, por isso não acredito que a distância de 90 milhas entre São Miguel e a Terceira faça alguma diferença. Como se vê, chegámos ao ponto deste tipo de argumentos ridículos.

Há efetivamente uma razão para que este assunto seja levantado já que, a partir do momento em que a ilha Terceira receba um cabo submarino, ficará em pé de igualdade com São Miguel em termos de oportunidades. É isso que São Miguel não quer, nomeadamente estes dois elementos e outros que estão ligados ao submundo dos interesses económicos e políticos daquela ilha. É apenas isto que está em causa.

Achei também muita piada ao argumento do senhor deputado Paulo Moniz, quando disse que podemos utilizar Santa Maria. Assim sendo, já que se fala na questão da segurança e por razões geológicas, recomendo vivamente ao senhor deputado que o cabo seja retirado de São Miguel e ligado em Santa Maria, mas deixem ficar o nosso. Às vezes as pessoas não pensam minimamente no que dizem e julgam-se mais inteligentes do que os outros, por isso ouvimos estes argumentos ridículos.

Há dias perguntavam-me por que razão, não colocávamos cá fora os nossos pareceres. Não o fazemos porque são feitos por gente nova com conhecimentos e mentalidade aberta. Algumas dessas pessoas estão no ativo e trabalham para empresas que prestam serviços no mercado, por isso percebem do assunto em causa, mas pedem-nos anonimato, algo que temos que respeitar. Estas pessoas vão-nos fornecendo informações que nos permitem contra argumentar sem *feedback* porque não há respostas que possam contrapor os factos que apresentamos.

Para terminar, passaria ao assunto das OSP Madeira/Açores. A Câmara do Comércio fez uma recomendação para que essas Obrigações de Serviço Público passassem a prever duas a três ligações aéreas semanais entre a Madeira e a ilha Terceira porque nos parece importante o acesso igualitário de todos os açorianos a este tipo de ligações. Tivemos uma reunião com senhor secretário de Estado que, entretanto saiu, mas mostrou abertura à concretização dessas ligações, e temos mantido alguns contactos com os representantes da república. Neste caso, surpreendentemente, o senhor deputado Paulo Moniz não se opôs, o que muito me agradou.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Creio estarmos todos de acordo, subscrevendo a posição manifestada pela Câmara do Comércio.

Alargando o nosso debate às outras ligações, acho que nos devemos concentrar cada vez mais no mercado norte-americano e canadiano. Quando falamos em turismo da América do norte, temos o mercado da saudade e o outro, um agregado que representa quase metade da despesa que é feita cá em comparação, por exemplo, com o importante mercado alemão que vem a seguir e representa 6%. Precisamos de olhar para estas ligações com um particular carinho porque são as que rendem mais no que diz respeito à despesa que cá é feita na hotelaria e na restauração.

Estávamos a ter um grande crescimento num mercado particularmente relevante, que teve uma grande quebra com o fim das ligações, e todo este dinheiro foi para São Miguel quando entrou neste negócio, o que significa que os outros estão a ver o mesmo que nós. Ficamos muito contentes com as ligações à Madeira, que representam menos de 0,1%, mas as ligações à América interessam-nos bastante mais.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): As ligações à Madeira prendem-se um pouco com a política de valorização da nossa infraestrutura e da tal igualdade de acesso, mas revejo-me perfeitamente na análise do senhor conselheiro Álamo de Meneses.

Vivemos tempos conturbados em relação ao «Destino Ilha Terceira devido à questão da ATA (Associação de Turismo dos Açores) e não me canso de dizer em todo lado que, devido à fortíssima parceria entre a Câmara do Comércio e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, somos a única entidade a fazer a promoção turística da ilha Terceira e dos Açores.

Temos neste momento o QUALPROTUR a decorrer com um investimento aproximado de um milhão de euros na qualificação da oferta e o famigerado PO, que tanta celeuma levantou há cerca de um ano, mas em boa hora foi aprovado e está em execução. A promoção da ilha Terceira e dos Açores está a ser exclusivamente feita por esse programa operacional e pela forte parceria entre a Câmara do Comércio e a Câmara Municipal de Angra. Estamos certos que, dentro em breve, poderemos contar também com a colaboração da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Não posso deixar de realçar que nada teria sido feito sem a abertura e o enorme empenho deste elenco camarário liderado pelo professor Álamo de Meneses. Tivemos excelentes resultados o ano passado, conseguimos prolongar a época baixa quase até ao final do mês de novembro e estamos já a trabalhar na continuidade da promoção da ilha Terceira.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Sugiro que façamos também aqui referência a uma série de propostas que foram feitas aquando o nosso parecer do plano e orçamento e não tiveram seguimento, contribuindo assim para a constituição do esqueleto do dito memorando que deveríamos ter ao jeito de uma lista corrente em que se vão acrescentando e retirando uns pontos.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A sua sugestão será tida em conta.

Conselheira Helga Barcelos (em representação da CCAH): Depreendi que todos temos interesse na elaboração desse memorando para que sejam debatidos os pontos preponderantes para a nossa ilha e assim possamos ir tomando conhecimento do que vai ou não vai sendo resolvido. É também importante que a referida reunião entre o Conselho de Ilha e os senhores membros do Governo Regional decorra anualmente, independentemente de ser ou não obrigatória. Parece-me que em 2023 não será necessária qualquer obrigatoriedade porque as pessoas são abertas e disponíveis. Basta que lhes transmitamos a vontade do Conselho de Ilha em tê-los um dia reunidos connosco, algo que certamente farão com todo o gosto porque nada mais têm, senão ganhar com isso.

Apesar de não estar relacionada com o setor empresarial que aqui represento, como mãe gostaria de abordar também aqui a questão da educação porque fiquei muito indignada com as notícias que vieram a público acerca do que aconteceu na Escola Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória e também com o que vemos em termos de ensino profissional e da falta de competências profissionais no mercado do trabalho. Já não existe o carpinteiro nem o canalizador, o que acaba por tocar também no setor empresarial.

Andamos a empurrar esse problema com a barriga, muito focados nas questões económicas, esperando soluções imediatas para os nossos problemas, mas estamos completamente despistados da nossa estratégia a longo prazo que vai ser muito preocupante devido à falta de educação nas nossas escolas. Espero não estar a fazer um juízo de valor devido ao Rendimento Social de Inserção e à falta de interesse e conhecimento dos pais para acompanharem e entusiasmarem os jovens de hoje, o que nos conduzirá a uma sociedade em decadência.

A questão da educação deve ficar bem espelhada nesse memorando porque é fundamental para o sucesso do dia de amanhã e para que possamos continuar a ter um Conselho de Ilha composto por pessoas com capacidades para tomarem decisões com impacto na ilha e na região. O fim dos ditos bairrismos é uma questão cultural e a educação tem sido preocupante, um problema que temos vindo a empurrar com a barriga sem despendermos o orçamento suficiente, vendo que até os professores estão desmotivados.

Será que a inclusão na educação está a funcionar? Talvez seja altura de tratarmos de forma diferente a maçã podre que está junto das outras, utilizando o que dela se aproveita para fazermos salada de fruta, por exemplo. Desculpem-me por abordar estes temas sensíveis, mas o que aconteceu na Escola Francisco Ornelas da Câmara fez-me muita impressão enquanto mãe, sabendo que tudo isto se passa ao nosso lado e estamos de olhos fechados.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Decerto todos nos revemos nestas suas preocupações porque são notícias que muito nos preocupam. Temos aqui uma questão social gravíssima e transversal e o que aconteceu na Escola Francisco Ornelas da Câmara, poderia ter ocorrido noutra escola qualquer. Tentaremos fazer constar também este assunto no nosso documento final.

Conselheira Helga Barcelos (em representação da CCAH): À semelhança do que é necessário fazer em relação às questões da eletricidade, temos também que ir ao cerne da educação para percebermos de que forma podemos resolver todos estes problemas que sabemos que existem. Gostaria que constasse no documento a necessidade urgente de uma revisão estrutural no sistema de educação da região.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Gostaria de pedir ao senhor professor Álamo de Meneses, uma opinião acerca da amplitude e capacidade de intervenção da região a este nível dentro do seu estatuto de autonomia.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Tinha escolhido não falar no assunto, em parte porque sou recordista do tempo em que estive nessa área, por isso é um pouco complicado falar nisso. Contudo, e feito o desafio, acho que não deve haver aqui temas tabu.

O incidente que aconteceu na Escola Francisco Ornelas da Câmara, infelizmente não é único, porque conheci alguns casos semelhantes nos tempos em que estive na educação. Sobre este caso, conheço o que saiu na comunicação social e nada mais, mas não estamos a falar de algo que nunca tivesse acontecido porque esta é uma situação que nem sequer é nossa. Quem segue as notícias internacionais pôde ver, por exemplo, que uma criança de seis anos

levou uma pistola e deu uns tiros na professora. Isto aconteceu a semana passada. Situações destas acontecem em qualquer parte do mundo porque estamos a viver num sistema educativo que, finalmente é universal, mas foi um desiderato durante séculos. As maçãs podres e boas estão todas na escola, que tem a obrigação de as receber a todas, mas não precisa de as pôr em cima umas das outras.

Respondendo concretamente à sua pergunta, o poder da região é total, ou seja, a educação é uma das áreas em que a região tem a sua autonomia mais desenvolvida, ou pelo menos teve; chegou a ter o seu próprio estatuto de concurso de professores, uma área em que se fez um imenso trabalho no sentido de autonomizar, mas alguma dessa autonomia perdeu-se ao longo do tempo porque não se legislou quando se deveria.

Mais do que a energia, a educação é um setor extraordinariamente dinâmico. O que será uma boa solução este ano poderá claramente não servir daqui a cinco anos, por isso é preciso andar constantemente em cima do assunto, a rever e a mudar. Muita da legislação que está em vigor na região foi feita na altura em que eu era secretário regional, mas serviu para resolver os problemas de então, por isso está absolutamente obsoleta e deve ser mudada.

A escola tem que ser inclusiva e ninguém pode ser barrado mas há que criar os mecanismos necessários de salvaguarda para que os pais sintam que podem enviar para lá os seus filhos em segurança. Não quero ter um filho na escola e saber que ele pode ser vítima de uma situação com a gravidade desta que está a ser relatada. Essa questão tem a ver com o sistema educativo e sim, senhor presidente, é uma responsabilidade 100% do nosso parlamento. Façam o favor de legislar e nada tenho a dizer contra a revogação das leis de que fui mentor.

Conselheiro Carlos Costa Neves (em representação da AMAH): Todos temos as nossas opiniões em relação a este tema. A escola inclusiva é um conceito muito interessante mas cria obrigações que o sistema não cumpre, ou seja, é muito bonito dizermos que não há nenhum tipo de descriminação em relação a alguns alunos.

Já não domino as designações atuais politicamente corretas mas sei que há alunos com determinados tipos de dificuldades de aprendizagem que necessitam de um apoio especial – mesmo no inclusivo – o que não acontece, pelo menos nas nossas escolas do ensino básico. Há alunos misturados em turmas de dezasseis e de dezoito em que um começa a gritar aqui, o professor dá atenção àquele e começam os outros a gritar do outro lado. O sistema não está montado no sentido de dar resposta a essas ideias boas de ensino inclusivo.

Não me oponho a que se abordem os problemas concretos que temos em relação à energia ou aos transportes – o que faremos de forma muito objetiva – mas é preciso ver como devemos abordar os problemas da educação. Neste caso, não vamos com certeza referir apenas o que ocorreu na escola Francisco Ornelas da Câmara. O assunto da inclusão de alunos não ficou claro neste debate mas a Mesa decidirá. Parece-me um bom tema e acho que teríamos amplas razões para o debate em quase todos os setores, nomeadamente no da saúde.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Os senhores secretários da Mesa estão a sugerir que façamos uma reunião extra do Conselho de Ilha para debatermos e manifestarmos de forma genérica as nossas preocupações sobre este tema.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Devemos acrescentar também o ensino profissional que nos tem dado grandes preocupações. Recordo que foi preciso inventar um sistema de financiamento lateral à Escola Profissional da Praia da Vitória, o que não pode acontecer.

O desconforto começa a tornar-se um pouco excessivo na área da formação profissional. Construímos um bom sistema, dos melhores que funcionava no país, e vemos agora a sua degradação a começar a acelerar. Estamos a chegar a um ponto em que algumas escolas profissionais veem a sua própria existência ameaçada, como é o caso da Escola Profissional da Praia da Vitória, a única com uma oferta alargada de formação profissional na nossa ilha, que a Câmara Municipal de Angra sempre encarou como «a nossa escola profissional», por isso não podemos deixar que as coisas avencem por esse potencial caminho.

Devemos manifestar a nossa preocupação sem referir esta desgraça que aconteceu na Escola Francisco Ornelas da Câmara, nem apontar o dedo a ninguém, porque há um conjunto de outras componentes que devem ser dirimidas no âmbito disciplinar ou até judicial e o assunto não pode ficar assim.

Conselheira Helga Barcelos (em representação da CCAH): Quis de facto chamar a atenção para a questão da educação e o episódio ocorrido na Escola Francisco Ornelas da Câmara é apenas um dos resultados do que se está a viver hoje em dia em termos do sistema educativo e da sociedade.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Antes de terminarmos a nossa reunião de hoje, gostaria de expressar mais uma preocupação quanto ao que está a acontecer com a Pousada da Juventude da Ilha Terceira que está encerrada há uns anos. Tempos houve em que havia para aqui uma grande gritaria quando a pousada encerrava apenas por um dia e agora está fechada a entrar numa inaceitável degradação. Vamos ter ali uma ruína num edifício que estava a funcionar em excelentes condições e dentro de pouco tempo precisará de milhões de euros de investimento. O vandalismo que depois ali se vai instalar fará rapidamente com que aquele edifício fique igual à ruína do hospital velho ou outra qualquer. Fica aqui a recomendação para que esta seja mais uma preocupação de toda a ilha por se tratar da Pousada da Juventude da Ilha Terceira e não.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Já alertámos a senhora secretária para esta situação que é complexa porque a pousada está entregue a privados que entendem que devem ser ressarcidos por parte da região.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A Câmara Municipal de Angra fica com ela.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Transmiti essa informação à senhora secretária mas o detentor da licença de exploração não quer abdicar dela e acha que tem

dinheiro a receber do Governo Regional. Eles dizem que não cumprem porque têm a receber mas o Governo acha que não tem que pagar. Há aqui um braço de ferro entre o detentor da licença e o Governo Regional e não passamos deste impasse. Quanto a mim, esta matéria deve constar também no nosso memorando e voltarei a falar com a senhora secretária sobre o assunto.

O senhor presidente da Mesa anunciou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Ilha ficaria agendada para o dia 18 de maio no concelho da Praia da Vitória, dependendo da informação acerca da disponibilidade por parte da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada por volta das 12h50m do dia 26 de janeiro de 2023, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

_____

Marcos Duarte Machado do Couto

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha